

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

**JOÃO PEDRO MARÇON DE CASTRO
JONATHAN DE MOURA FERRAZ TORCHIO**

**O IMPACTO ADMINISTRATIVO NA GESTÃO
EFICAZ DO MICROEMPREENDEDOR**

**Taubaté – SP
2021**

**JOÃO PEDRO MARÇON DE CASTRO
JONATHAN DE MOURA FERRAZ TORCHIO**

**O IMPACTO ADMINISTRATIVO NA GESTÃO
EFICAZ DO MICROEMPREENDEDOR**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Administração.
Orientador (a): Prof. Me. Júlio Cesar Gonçalves

**Taubaté – SP
2021**

JOÃO PEDRO MARÇON DE CASTRO
JONATHAN DE MOURA FERRAZ TORCHIO

O IMPACTO ADMINISTRATIVO NA GESTÃO EFICAZ DO
MICROEMPREENDEDOR

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientador (a): Prof. Júlio Cesar Gonçalves

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

C355i Castro, João Pedro Marçon de
O impacto Administrativo na gestão eficaz de microempresas
/ João Pedro Marçon de Castro, Jonathan de Moura Ferraz
Torchio - 2021.
43f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Departamento
de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, 2021.

Orientação: Prof. Me. Júlio Gonçalves, Departamento do
orientador – Gestão e Negócios.

1. Microempresas - Administração. 2. Empreendedores. 3.
Administração financeira. I. Torchio, Jonathan de Moura Ferraz.
II. Título.

658

A Deus e às nossas famílias que tanto apoiaram e incentivaram o nosso crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Taubaté, pela a oportunidade de fazer o curso.

Ao Professor Júlio Gonçalves, pela orientação, apoio e confiança.

A todos os professores, que nos proporcionaram o conhecimento.

Aos nossos pais, pela a paciência e compreensão em momentos de ausência para nós podermos nos dedicar aos estudos.

Aos amigos pelo apoio e permanência ao nosso lado nas horas que mais precisamos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte desse período de formação, muito obrigada.

“Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas planejar, mas também acreditar.” (Antole France).

TORCHIO, Jonathan e MARÇON, João. **O IMPACTO ADMINISTRATIVO NA GESTÃO EFICAZ DO MICROEMPREENDEDOR** 2021. Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Administração em Empresas do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

A seriedade do trabalho advém do fato de que empresas de baixo porte são os principais causadores de emprego e renda no Brasil, portanto, é fundamental assegurar sua gestão plena e sua saúde financeira. O aparecimento de micro e pequenas empresas vêm crescendo fixamente, colaborando cada vez mais com a economia do país e com a geração de novos empregos. O atual estudo aborda a necessidade da gestão financeira em seguir o desempenho da microempresa envolvendo seus ares financeiros. O objetivo principal deste trabalho é o de desenvolver uma pesquisa bibliográfica descritiva com foco em apresentar os impactos administrativos na gestão eficaz do microempreendedor. Nesse contexto, destaca-se a atuação do administrador como um instrumento que aprova o planejamento e a autoridade dos recursos financeiros, adaptando uma visão clara da administração de seu capital. O novo empreendedor começa a cumprir sua atividade cheio de expectativas, mas no primeiro ano de funcionamento ele se depara com o fato da falta de gerenciamento na gestão, o desgoverno financeiro leva a empresa para uma possível falência. Para que possa transformar a situação da empresa é necessário inserir novas tecnologias, considerando recursos humanos, melhorando a qualidade do produto, preços mais concorrentes, fornecedores comprometidos, colaboradores preparados para qualquer situação que devem enfrentar ao decorrer na empresa, logística remodelada, marketing visionário. Por fim, são discutidas as decorrências da não utilização da administração financeira para as empresas e o impacto do projeto financeiro na tomada de decisões. As discussões realizadas no estudo colaboram com a literatura da área ao aprofundar pontos sobre a administração financeira e como esta pode se constituir em uma ferramenta que confere mais probabilidade de concorrência e gestão de recursos financeiros nas micro e pequenas empresas, permitindo que estas cresçam e contribuam positivamente com a capitalização do país.

Palavras-chave: Microempresas, Empreendedor, Planejamento, Administração Financeira

SUMÁRIO

RESUMO	07
SUMÁRIO	08
1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Tema do trabalho.....	10
1.2 Objetivo do trabalho.....	10
1.1.1 Objetivo Geral.....	10
1.1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 Problema.....	11
1.4 Metodologia.....	12
1.5 Organização do Trabalho.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1.1 A administração financeira nas micros e pequenas empresas.....	14
2.2.2 Administração eficaz/eficiência.....	17
2.2.3 Classificação das empresas pelo tamanho.....	19
2.2.4 Características da divisão: microempresas e empresa de pequeno porte e simples nacional	21
2.2.5 As micros e pequenas empresas no cenário brasileiro	22
2.2.6 Seriedade da análise financeira da micro e pequena empresa.....	23
2.2.7 Valorização do profissional administrador do Brasil	24
2.2.8 O sucesso de microempresas	26
2.2.9 A administração financeira de microempresas.....	27
2.2.10 A microempresa e o administrador	29
2.2.11 Conceitos e definição de gestão estratégica nas micros e pequenas empresas.....	29
3 DISCUSSÃO	E
RESULTADOS	30
3.1 A gestão e suas vantagens	30

3.1.2 Os tipos de vantagens	31
3.2 As desvantagens de uma boa gestão	32
3.3 As dificuldades de uma microempresa	33
3.4 Gestão eficaz para o sucesso contínuo	34
3.5 Maneiras de melhorar a gestão	37
3.6 Estratégias para uma microempresa de sucesso.....	38
3.7 Os maiores desafios das pequenas empresas.....	39
4	CONCLUSÃO
.....	40
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discutir-se-á o impacto da gestão eficaz no trabalho de microempreendedores com foco na influência e na importância de um gerenciamento organizacional da empresa que - bem organizada - possibilita visibilidade empresarial e crescimento no nicho de atuação. A função do profissional de administração no âmbito de uma empresa é, basicamente, gerenciar o cotidiano da sociedade e se responsabilizar pelo planejamento e execução de estratégias que auxiliem a empresa a alcançar seus objetivos e metas, uma vez que gerir pequenos negócios é um ramo que requer conhecimento, empenho, liderança e muita organização

Um dos objetivos básicos do trabalho é de auxiliar microempreendedores sobre a seriedade da gestão administrativa nas organizações, gerando colisão e visibilidade no ramo de atividade escolhido. A invenção de novos negócios se dá na maioria das vezes pelo fato da multiplicidade das pessoas, imaginarem com o próprio negócio, não terem mais chefes. Porém não leva em apreço a necessidade de se ter agilidades gerenciais, e sim, considera-se apenas o capital imprescindível, localização da sala comercial do que possuem ou fluxo de gente que passa pelo lugar.

No cenário empresarial contemporânea, destaca-se a ajuda das micro e pequenas empresas para o aumento da economia local, nacional e, por vezes, mundial. Conforme Rocha et al. (2013), as microempresas e empresas de pequeno porte possuem um possível importante de geração de emprego e de renda, o que trouxe evidência nos últimos anos como base de sustentação da economia mundial. O estudo formado, tem como premissa, analisar dentro das

micro e pequenas empresas, os artifícios utilizados pelos empresários e administradores sobre a gestão financeira e contábil, identificando ações que contribuem para o bom andamento das empresas e ações que poderão ser implantadas apoiando o crescimento e aumento das micros e pequenas empresas. A gestão financeira e contábil quando bem definidas, são ferramentas fundamentais para uma gestão eficaz, dando parâmetros para tomada de decisões e documentos concretos da sua real situação financeira, visualizando sua participação em um mercado globalizado e de grandes ocasiões.

Dornelas (2001), assegura que para alcançar a contentamento em um novo empreendimento no Brasil, depende diretamente da administração financeira do negócio. Ou seja, para administradores tomarem suas decisões nos novos empreendimentos, é preciso ter suas justificativas numéricas, identificando o volume físico e financeiro disponível sempre dirigindo lucros. Em um cenário de incertezas, o acompanhamento sistemático das finanças de uma atividade é o que aceita a tomada de decisão adequada.

Nas ocasiões de hoje, boa parte das micro e pequenas empresas, já adotaram e acolheram a importância que tem para a sobrevivência das mesmas, uma boa análise da administração financeira. Sabendo-se que a tomada de decisão (autônomo do porte da empresa), gera custos, gastos, perdas e ganhos, deve-se saber optar, na gestão das empresas, a decisão que terá como efeitos o alcance dos objetivos esperados, procedendo em lucros e bom atuação empresarial.

1.1 TEMA DO TRABALHO

A principal justificativa para decisão desse projeto está no fato de que a análise alcançada é capaz de colaborar para os pequenos empresários para que possam motivar suas decisões com base nos indicadores financeiros de seus negócios. Visto que estes indicadores são essenciais para a saúde do interesse, na assimilação e prematuridade de problemas. Assim, um trabalho nesta área visa colaborar não somente com a produção de informações acadêmicos ao aprofundar a discussão do assunto, como também pode ter uma contribuição prática ao crescer sugestões sobre como os pequenos e os microempresários podem empregar melhor a gestão financeira, garantindo uma maior eficácia no processo de administração de suas empresas

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2015), 98% das empresas formais no Brasil são consideradas como micro e pequenas empresas. Por sua vez, de cada 5 empreendimentos de pequeno porte que são inauguradas no Brasil, pelo menos 3 deixam de trabalhar já no primeiro ano devido a problemas operacionais e

financeiros. Dessa maneira, torna-se formidável destacar formas de melhoria da gestão dessas empresas, de modo que elas continuem a gerar emprego e renda e, ao invés de fechar as portas aumentarem seu faturamento.

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

1.2.1 Objetivo Geral

- Desenvolver uma pesquisa bibliográfica descritiva com foco em auxiliares microempreendedores sobre a importância da gestão administrativa nas organizações, gerando impacto e visibilidade no ramo de atividade escolhido.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Comparar o padrão de gestão microempreendedora: ineficaz X eficaz.
- Verificar os impactos da boa gestão com os melhores resultados para a organização.
- Analisar uma administração de um microempreendedor de sucesso.
- Evidenciar a importância do microempreendedor e a valorização do administrador em uma organização.

1.3 PROBLEMA

As micro e pequenas empresas são a maior parte das empresas no Brasil e, por sua vez, é anotado um número significativo de encerramento de atividade por parte dessas empresas devido a dificuldades no cenário financeiro, o atual estudo busca resposta para a seguinte questão-problema: de que forma os dados financeiros de uma empresa devem ser avaliados de modo a transformarem-se em instrumentos de gestão de pequenas e micro empresas.

Uma advertência da realidade da economia do Brasil permite dizer que a maioria das empresas de pequeno porte não aproveita as ferramentas contábeis em seu processo gerencial. Isso acontece porque com a inovação normatização da contabilidade internacional, as sociedades empresárias de baixo porte estão com dificuldades de se adequar, por não possuírem tantos recursos para acertar com um serviço qualificado no que se refere à

contabilidade gerencial. Geralmente o que se realiza é a contratação de escritórios de contabilidade para o recolhimento de tributos, mas não se tem uma assessoria que conduza a uma administração de recursos focada nos objetivos da empresa.

Uma vez que diariamente o empresário toma decisões para motivar as necessidades de recursos financeiros, se acelerar a possíveis problemas de fluxo de caixa, administrar o capital de giro, controlar as operações de contas a receber e a pagar, obter financiamento de forma apropriada ao investimento planejado, analisar e adaptar o ciclo operacional e financeiro, pode-se perceber que todas as decisões apropriadas dos gestores passam por uma administração efetiva dos recursos financeiros da empresa.

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 – Tipo de Pesquisa:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aliará à pesquisa bibliográfica uma análise qualitativa sobre o impacto administrativo na gestão eficaz do microempreendedor. Será uma pesquisa experimental com a observação a partir de experimentos controlados, com alterações de variáveis e instrumentos de coleta de dados submetidos a testes que assegurem a sua eficácia, além de análise estatística de resultados e pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações e conhecimentos acerca de um tema a partir de diferentes materiais bibliográficos já publicados, colocando em diálogo diferentes autores e dados.

1.4.2. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MAI/JUL	JUN	AGO	SET	OUT	NOV
	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Revisão Bibliográfica	x	X	X	X		
Revisão de Texto		x	X	X	X	
Pesquisa Bibliográfica			x			
Pesquisa Experimental			x			
Análise de dados e finalização			x	X	X	

Apresentação						X
--------------	--	--	--	--	--	----------

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, contando com esta breve introdução, que situa o problema da pesquisa e ressalta os seus objetivos.

No Capítulo 1, apresenta-se uma introdução abordando questões como o impacto da gestão eficaz no trabalho de microempreendedores com foco na influência e na importância de um gerenciamento organizacional da empresa que - bem organizada - possibilita visibilidade empresarial e crescimento no nicho de atuação. Ainda trata dos objetivos, da importância do tema, da delimitação do local onde o estudo foi desenvolvido, do Método ou metodologia e como está organizado.

No Capítulo 2 diz respeito aos objetivos e metodologia a ser seguida.

No Capítulo 3 trata dos resultados obtidos.

O Capítulo 4 trata da revisão bibliográfica, necessária para fundamentar a pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A partir deste capítulo serão abordadas questões pertinentes ao estudo. Será iniciada a fundamentação do trabalho com a compreensão do o impacto da gestão eficaz no trabalho de microempreendedores com foco na influência e na importância de um gerenciamento organizacional da empresa que - bem organizada - possibilita visibilidade empresarial e crescimento no nicho de atuação.

2.1.1 A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Hoje em dia, percebe-se que o Brasil vive uma ocasião de extremos. Enquanto 2% das empresas nacionais, consideradas como grandes empresas contam com equipes inteiras de auditores gerenciais para criar demonstrativos e relatórios contábeis para serem aproveitadas nas decisões administrativas, as 98% de micro, pequenas e médias empresas ainda não possuem uma aproximação com a contabilidade e, dessa forma utilizam os relatórios contábeis apenas como forma de aprovar às exigências do fisco (FEDATO; GOULART e OLIVEIRA, 2012).

Ao serem advertidas as alegações de Amaral (2012), nota-se que esse autor se acercar pormenorizadamente sobre a relação entre o perito e o gestor de empresas. Na visão desse pesquisador, é preciso que ambos os profissionais caminhem lado a lado para uma gestão eficaz da empresa. Apesar do processo decisório depender exclusivamente do gestor, ele poderá utilizar as informações da administração gerencial, para melhor se embasar nas decisões para a empresa.

Ao atingir discussões sobre a afinidade entre a contabilidade e a gestão das empresas, Amaral (2012) argumenta que, por vezes, os empreendedores não percebem a contabilidade como um instrumento gerencial, mas sim uma obrigatoriedade exigida por lei. Esse autor ainda debate que, cabe ao contador comprovar para o empresário sobre a importância da utilização da contabilidade como ferramenta gerencial a fim de criar mecanismo que amparem na tomada de decisões além de criem um diferencial competitivo para a empresa.

Fedato, Goulart e Oliveira (2012) ao abordarem sobre as dificuldades a respeito da utilização da contabilidade como função gerencial junto aos pequenos empresários, destaca que, existe uma inquietação quanto aos custos que o apoio do contador irá custar à empresa. Estes empreendedores também buscam reduzir custos que consideram desnecessários. Assim, a ausência de visão empresarial a longo prazo, faz com o empreendedor perca uma grossa

quantia em dinheiro, devido à não advertência de oportunidades que poderiam surgir com a utilização dos instrumentos contábeis no processo.

Fedato, Goulart e Oliveira (2012) ainda juntam que os pequenos empreendedores não possuem um tempo disponível para reuniões de direção com o contador e essa distância acaba por afastar ainda mais as informações contábeis da realidade da empresa e de possibilitar que estas possam servir de ferramenta na tomada de decisão. Esses aspectos abafam uma ampla reflexão sobre a relação interpessoal que acontece entre o contador e o micro e pequeno empreendedor.

Ainda, de acordo com a visão de Fedato, Goulart e Oliveira (2012) um processo mais aberto de ajuntamento se faz necessário entre os contadores e o contexto das micro e pequenas empresas.

A dificuldade principal de tudo isso é que, o pequeno empresário acaba cultivando o seu tempo para a administração do seu interesse em seus problemas enfastiosos, mas não tendo a visão da empresa como um todo acaba abafando a idealização e desamparando a busca de oportunidades. A ausência de visão empreendedora, conforme contextos feitos por Passos (2014) está no fato de que o pequeno empreendedor não busca o contador gerencial na expectativa de diminuir um custo, porém os prejuízos advindos da não-contratação desse serviço são muito superiores.

Ainda de acordo com Fedato, Goulart e Oliveira (2012) existe uma falta de especialização em uma quantidade significativa de pequenos e micro empreendedores, eles precisam, portanto, buscar uma ajuda especializada na gestão, o que nem sempre está disponível em sua região. Assim em outras circunstâncias acabam procurando contadores ou profissionais especializados, mas nem sempre encontram o que necessitam.

De acordo com os mandamentos de Amaral (2012) os alicerces da contabilidade em vários escritórios que prestam serviços para empresas estão embasados apenas em aspectos de cortesia de uma obrigação legal. Desta maneira, as informações disponibilizadas nos relatórios não podem ser utilizadas para a gestão da empresa. Por sua vez, isso não acontece nas grandes empresas, pois nestas, existem equipes inteiras de profissionais especializados em transformar a informação contábil em aviso gerencial que agregue valor nas decisões administrativas.

Apesar disso, na pequena empresa não existem tais equipes, tratam-se de empreendimentos chefiados por pessoas sem muita especialização que somente repetem o que aprenderam com seus antecessores. Falta, portanto, na visão de Amaral (2012), um serviço de contabilidade que se prepare a fornecer informações contábeis úteis para a gestão da pequena

empresa. Neste sentido, analisando modelos contábeis o que se tornaria mais fácil para a empresa seria a demonstração das entradas de caixa.

Amaral (2012) ainda adverte em seus estudos sobre a gravidade de se valorizar uma apropriada administração de caixa dentro das empresas. O que se observa na época presente, principalmente no contexto de pequenas e médias empresas é que ocorre um expressivo número de transações sem o devido registro fiscal, o que prejudica o fornecimento de informações verossímeis ao contador e, portanto, prejudica-se também a autoridade dos relatórios feitos, uma vez que estes são baseados em informações também não garantidas.

Na perspectiva registrada por Amaral (2012) para que um aparecimento de fluxo de caixa seja realmente confiável, deverá ser embasada na situação real da empresa e, para tanto, é preciso uma grande rigidez no controle de entradas e saídas de produtos, nas compras efetivadas e tudo o mais que for necessário para o registro dos ajustes feitos dentro da empresa.

Analisando as alegações de Marion (2007) nota-se que o cargo básico do contador é produzir informações que sejam benfeitoras aos usuários da contabilidade na tomada de decisões. Por sua vez, esse autor adverte que, o lugar do contador, sobretudo na pequena empresa, encontra-se distorcida, estando voltada exclusivamente para as exigências do fisco.

De tal modo, o que pode se abranger sobre a analogia entre os contadores e as pequenas empresas de acordo com as reflexões de Amaral (2012) e Fedato, Goulart e Oliveira (2012) é o fato de que existe uma aversão sim dos pequenos empreendedores em procurarem ajuda individualizada, porém os contadores fornecem apenas um serviço de cortesia às obrigações fiscais para estas empresas. Na concepção destes teóricos é preciso que exista o fornecimento de um serviço de contabilidade gerencial no qual o empreendedor compreenda as informações fornecidas e as utilize em seus atos administrativos.

Ressaltando Marion (2007), o processo de encerramento de empresas, tão comum em micro e pequenas empresas, transcorre dentre outros fatores de uma administração carente de planejamento, dentro desse processo de planejamento é essencial considerar a utilização de uma contabilidade que sirva para prever situações futuras diante de balanços que são realizados no presente. Contudo, as confissões do presente somente servem para prever a situação da empresa no futuro a partir do momento que exista um processo confiável de fornecimento da informação contábil, considerando a qualidade desta informação fornecida pela empresa essencial para a existência de relatórios fidedignos da realidade e que realmente auxiliem na tomada de decisões.

2.1.2 ADMINISTRAÇÃO EFICAZ/EFICIÊNCIA

Da mesma forma que o termo gestão, o termo eficiência também não possui uma aceção unânime, pertencendo uma interpretação doutrinária acerca do referido dispositivo constitucional.

A doutrina especializada administrativa vem entendendo que eficiência é, via de regra, sinônimo de boa administração em sentido empregado pela Ciência Econômica, ou seja, de obter o melhor resultado possível com a menor despesa (uma medida típica de relação custo-benefício) (TIMM; TONIOLO, 2009, p. 2).

Eficiente é um adjetivo cuja aceção afirma, por exemplo, que um ato eficiente é aquela “que produz o efeito almejado com o menor de erros, tempo e dinheiro” (BECHARA, 2011, p. 547). Assim, a administração deve tomar suas decisões de forma a compreender o produto pretendido cometendo o menor de falhas, no menor período possível e com a utilização exata de soluções necessárias.

De acordo com Justen Filho (2014) a força econômica, em circunvizinhanças simplicistas, “pode ser considerada como a utilização mais produtiva de recursos econômicos, de modo a produzir melhores resultados” (JUSTEN FILHO, 2014, p. 222). Ele nota que um dos deveres da administração incide em estancar o desperdício ou a má utilização dos recursos relacionados com a satisfação das necessidades coletivas.

O princípio da eficácia atribui como primeiro dever a administração impedir o desperdício e falha. A eficácia administrativa significa que os fins buscados pela Administração devem ser efetivados segundo o menor custo econômico possível, o que não é sinônimo da obtenção do máximo lucro (JUSTEN FILHO, 2014, p. 223).

Para Alcântara (2009) é importante advertir que o conceito da palavra eficiência apresenta distantes contornos em instituições públicas e privadas.

Sob a perspectiva de Carneiro e Menicucci (2013), uma gestão de qualidade deve se avaliar pela eficiência na utilização. Os autores entendem por eficiência “relevância refletida nas prioridades estratégicas do governo e que se referem à sua qualidade política” (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013, p. 172). Dessa maneira, a busca pela eficiência passa a se basear em um balanço de três informações: o custo para a associação ao se abrolhar um bem ou serviço, a qualidade com que se produz este bem ou serviço e a cobertura com que chega à população.

Salienta-se, ainda, que o fato de não haver um julgamento unívoco para a definição de eficiência faz com que o seu entrosamento varie de acordo com cada anotação doutrinária ou ainda em diferentes áreas de conhecimento como Direito, Administração e Economia.

Lima (2014) possui entendimento caracterizado em relação à definição dos termos eficiência e eficácia. Para ele tanto uma quanto a outra são instrumentos que devem ser empregadas de forma a melhorar a produtividade na gestão administrativa.

Diante das acepções apresentadas, averiguamos que apesar da semelhança morfológica, que muitas vezes causa uma confusão semântica, eficiência e eficácia possuem acepções diferentes e, portanto, podemos chegar à caracterização delas no âmbito organizacional. Para as disposições de um empregado eficiente produz de forma rápida e inteligente enquanto um funcionário eficaz produz a um nível elevado, desse modo, o ideal para os gestores e a combinação da eficiência e eficácia de modo que a organização consiga produzir e oferecer os melhores produtos e serviços, com maior rapidez e utilizando menos recursos (LIMA, 2014).

Ainda sob a visão de Lima (2014), ressaltamos o significado sob o entendimento do autor:

De um modo geral trabalhar com eficiência, significa medir qual o tempo, esforço e custo são utilizados para se realizar uma determinada tarefa, preocupando-se em realizar corretamente as ações e atividades propostas da melhor forma possível, enquanto trabalhar com eficácia é produzir com ênfase em alcançar o resultado esperado (LIMA, 2014).

Para o autor, a eficiência no clima de trabalho está pertinente ao tempo necessário para executar uma ação, enquanto eficácia mede o nível de resultados das ações executadas pelos gestores e funcionários.

Jacobsen (2012), por sua vez, descreve que “administrar com eficácia significa atingir os objetivos planejados. Já agir com eficiência implica utilizar corretamente os recursos disponíveis” (JACOBSEN, 2012, p. 39).

2.1.3 CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS PELO TAMANHO

Segundo Maximiano (2011), as companhias podem variar de frações de acordo com diferentes juízos crítico, como número de empregados e o faturamento anual. Para tanto há uma classificação jurídica e também uma aprovação econômica, efetivada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES.

De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas – SEBRAE (2015), uma empresa é considerada como pequeno porte quando sua posição no segmento do qual faz parte não é dominante, não há número de funcionários superior a 99 e seja possuída e operada involuntariamente. As empresas, quanto ao número de empregados

ainda podem ser consideradas como micro (até 19) ou pequenas de 20 a 49 funcionários para as empresas do setor de comércio e de 20 a 99 funcionários para as indústrias.

Lima (2011), ao explicar sobre a aprovação do porte das empresas, destaca que é uma questão muito complicada e não existe um critério único para definir uma empresa como grande, média, pequena ou micro. A maioria dos critérios utilizados na classificação é feita com base em razões fiscais. Assim, esse autor relata que nenhuma definição que se possa ter a respeito de micro e pequenas empresas será algo absoluto, mas apenas limitado a apurados pontos de vista, ou órgãos aos quais essas definições estão vinculadas.

Segundo Maximiano (2011), as empresas são dos consecutivos tipos:

Microempresa: De acordo com o artigo do 1º decreto nº 5028 de 31 de março de 2004 (BRASIL, 2004) a microempresa é uma pessoa jurídica e a firme mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos). Já o BNDES considera a microempresa como aquela que possui receita operacional bruta menor igual a 2,4 milhões de reais.

Pequenas Empresas: é o indivíduo jurídica e a firma mercantil individual que, não condiz com microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14. No arranjo do BNDES, são os empreendimentos que possuem renda que 2,4 milhões de reais ou iguais a R\$ 16 milhões de reais.

Empresas de médio porte: O BNDES considera como empresa de médio porte aquela cujo produto operacional anual é superior a 16 milhões de reais e inferiores a 90 milhões de reais. O SEBRAE (21015) considera como empresa de médio porte as indústrias que concentram entre 100 e 499 empregados comerciais e prestadoras de serviço que empregam entre 50 e 99 servidores.

Empresas de grande porte: O BNDES considera como empresa de grande parte porte a aquela cuja lucro operacional bruto anual é superior a 300 milhões de reais. SEBRAE (2015) qualifica como de grande porte as empresas indústrias que aplicam acima de 499 funcionários e as empresas comerciais e prestadoras de serviço que empregam acima de 99 funcionários

O governo federal há uns anos está disponibilizando base aos empreendimentos de micro e pequeno porte. Por meio da lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, instituiu o estatuto da micro e pequena empresa de pequeno porte. Existia, contudo, a obrigação de regulamentar os afazeres desenvolvidos pelos indivíduos que não abordavam a legislação, ou seja, pessoas com empreendimento nas quais trabalhava por conta própria sem empregados ou com até um

empregado. Nesse caso, com a Lei Complementar no128, de 19/12/2008 nasceu a possibilidade de regulamentação por meio da Micro Empresa Individual.

Dentro desse feito, Lima (2011, p. 425) adverte que, no argumento legal brasileiro, as micro e pequenas empresas são assim definidas:

A microempresa é determinante como uma empresa cujo faturamento anual é de até R\$ 244 mil (US\$ 134 mil), enquanto a pequena empresa é aquela cujo faturamento anual é superior a R\$ 244 mil e igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão (US\$ 134 mil e 659,3 mil respectivamente).

Apesar, seguindo as discussões de Lima (2011), além de assuntos de fisco, é preciso que sejam acatados outros aspectos qualitativos, como o fato de uma empresa não ser ajuizada por outra, não fazer parte de um grupo econômico, compondo um todo que excede os limites da classificação. Assim, é preciso ir também além de aspectos que são de acordo com a tradição utilizados, tais como mão de obra agregada, capital registrado, faturamento, quantidade produzida, entre outros aspectos.

Observando que existe uma grande variedade de critérios empregados, uma empresa pode ser acatada microempresa para fins de imposto de renda, mas não atenda aos limites de isenção de outros impostos como o ISS e o ICMS. Desta maneira, pode-se advertir nas discussões feitas por Lima (2011), que o governo criou a Lei 9.316/96 por meio da qual passou a avigorar o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e de Micro e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Por meio desse programa, ocorre a acumulação no recolhimento de impostos e apoios federais em alíquotas variáveis que dependem do faturamento da empresa.

2.1.4 CARACTERÍSTICAS DA DIVISÃO: MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E O SIMPLES NACIONAL

A Lei Geral focada na Microempresa e Empresa de Pequeno Porte tem como alvo de formalizar empresas, que podem ser acentuadas como: a sociedade empresária, a sociedade simples ou o empresário individual devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - Microempresas: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00;

II- Empresas de pequeno porte: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00.

O regime tributário Simples Nacional unifica e centraliza os impostos e contribuições federais através da DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), além da possibilidade de inclusão de impostos estaduais e municipais quando existirem convênios. O recolhimento unificado é calculado com base em uma alíquota firmada de acordo com a renda bruta da empresa e abarca os seguintes tributos: IRPJ, IPI, ICMS, ISS, CSLL, COFINS, CPP e PIS/Pasep.

O regime desobriga as empresas contribuintes do pagamento das contribuições instituídas pela União, destinadas ao Sesc, ao Sesi, ao Senai, ao Senac, ao Sebrae, e seus congêneres, bem assim as relativas ao salário-educação e à Contribuição Sindical Patronal.

Contudo é imprescindível saber que estar sujeito da atividade e segmento de atuação, as MPE podem estar sujeita a outros impostos, taxas e contribuições e, nesse caso, terão de pagar de forma adicional ao Simples Nacional, através das regras e procedimentos de cada tributo ou contribuição específica.

O Simples Nacional ainda é restrito para alguns segmentos, na qual praticamente todas as atividades de comércio e indústria podem aderir, porém as atividades de serviço têm ainda uma lista grande de advertências.

Por fim para se condizer como MPE não há nenhuma regra quanto ao número de funcionários, número de filiais e participação dos sócios.

2.1.5 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

O cenário empresarial contemporânea é caracterizado por uma grande abundância de empresas de pequeno porte no mercado. Fedato, Goulart e Oliveira (2012) avultam que pelo menos 38% de toda a mão de obra no Brasil realizam serviços diretos ou indiretos para micro ou pequenas empresas. Destaca-se, logo, a importância expressiva que estas possuem para a economia brasileira.

Contudo, Fedato, Goulart e Oliveira (2012) separam o número elevado de micro e pequenas empresas que acabam fechando suas portas no principal ano de funcionamento. Existem diversos fatores culpados pelo fechamento, contudo a imperícia da administração é o mais aberta, principalmente porque os gestores não utilizam as diversas informações para melhor administrar seu capital e tomar as devidas providências.

Quanto à utilização de documentos contábeis, nota-se que as pequenas e micro empresas já têm uma desvantagem uma vez que, em sua maior parte não fazem uso deste tipo de informação. Contudo, o uso dessas informações contábeis no processo de gestão aprovaria

uma melhor visão sobre o planejamento do negócio e avaliação dos gastos (FEDATO; GOULART e OLIVEIRA, 2012).

Ressaltando o contexto das pequenas e médias empresas, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC aprovou a Resolução 1255/09 que dá providências específicas sobre Normas Básicas de Contabilidade voltadas para o contexto das pequenas e médias empresas.

Ao delinear as pequenas e médias empresas abrangidas pela Resolução 1255/09, o CFC conceitua que pequenas e médias empresas são empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas; e sofisticam demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem patenteados que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

2.1.6 SERIEDADE DA ANÁLISE FINANCEIRA DA MICRO OU PEQUENA EMPRESA

A administração financeira é a arte e a ciência de administrar os recursos financeiros para elevar ao máximo a riqueza dos acionistas. “A princípio em uma pequena empresa quem delinea o seu valor é o mercado atuante, entretanto, o fator que irá conduzir a sua perenidade será a qualificação de bons administradores e gestores.” (BRASIL, 1992, p. 83).

A administração financeira tem apresentado de importância crescente para as empresas de pequeno e médio porte. Sendo que o sucesso empresarial depende cada dia mais do bom sobre práticas financeiras aplicadas apropriadas. (SANTOS, 2001).

Segundo Brasil (1992, p. 83), “a forma mais objetiva e eficaz de se avaliar uma micro ou pequena empresa é a econômico-financeira, pois é dessa maneira que define a empresa como um negócio, visando a geração de lucros e aumento das riquezas acionárias.”

É admissível dizer que diante de estudos realizados, que a administração financeira, “foi durante muitos anos, uma ação apenas executiva, ou seja, constando apenas informações sobre contas a pagar e contas a receber, sendo assim considerada uma extensão da administração geral da pequena empresa.” (SANTOS, 2001, p. 197).

Atualmente, o que se pode já observar nas micro e pequenas empresas que esse acontecimento é diferente, decorrente do crescimento na complexidade da economia brasileira. Portanto, o mercado financeiro tornou-se mais sofisticado e as pequenas

empresas tiveram que acompanhar também esse crescimento para conseguir se posicionar no mercado econômico. (SANTOS, 2001, p. 197).

De acordo com Petty (1997, p. 514): As exigências contábeis podem representar uma sobrecarga para a pequena empresa. A carga torna-se particularmente pesada quando a empresa pequena é inadequadamente provida de pessoal para a função contábil. Frequentemente, empresas encontram alívio utilizando serviços externos de contabilidade.

Para que os jovens empreendedores aceitem boas decisões, “é necessário ter informações precisas, corretas, significativas e oportunas. Quando se trata de informações financeiras, essa afirmação torna-se verdadeira sobre operações da empresa.” (PETTY, 1997, p. 515).

O planejamento elaborado é o único fator que garante que o risco financeiro e profissional pode ser amenizado, se caso ele for bem planejado. Ou seja, é possível pré-estabelecer um valor aceitável de perda financeira pelo empreendedor, levando em consideração se caso for necessário à divisão desse risco com sócios e eventualmente até com fornecedores e clientes. (DEGEN, 1989).

Poucos administradores de empresas pequenas podem esperar tornarem-se peritos em contabilidade. Entretanto, todo empresário deve ter conhecimentos suficientes sobre o processo contábil, inclusive sobre demonstrativos financeiros, para poder reconhecer quais métodos contábeis poderão funcionar de forma mais vantajosa em suas empresas. (PETTY, 1997, p. 516).

Como ao projeto de uma micro e pequena empresa, “o novo gestor deve desempenhar a função em nível econômico e também financeiro, pois a análise é fator determinante para o equilíbrio operacional e também crescimento da empresa.” (BRASIL, 1992, p. 77).

Ainda segundo Brasil (1992, p. 77) “a análise financeira dentro de uma micro ou pequena empresa é importante, pois é necessário que o gestor tenha esse conhecimento na tomada de decisão.

2.1.7 VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL ADMINISTRADOR NO BRASIL

Para Santos e Lima (2018) a maior parte dos casos de falência das Empresas de Pequeno Porte (EPPs), está unida aos seus gestores administradores que não tem ciência do ambiente externo da empresa, advertindo a importância da boa administração para supervivência das micro e pequenas empresas no Brasil, concretizando que as práticas e ferramentas do administrador é o apoio para empresas sólidas.

Simas et al (2008) assegura que o artifício do sistema orçamentário é um dos instrumentos administrativas que integram o plano e o controle das organizações. Instrumento

esse, utilizada pela elevada cúpula administrativa das empresas, para se alcançar a supervivência das organizações que vêm ao redor do mundo, passando por um andamento de grandes desafios para conseguir, dominar e acostumar-se com as fiéis mudanças econômicas e financeiras.

De concerto com Mazzuco e Rocha (2001), convivemos em contexto organizacional enredado por grandes e frequentes transformações, tais como alternativa na economia global, competitividade crescente, fornecendo um ambiente empresarial incerto e dinâmico, através desta premissa a função do administrador tem a alma de motivar a organização orientando as ações na vertente dos objetivos da empresa.

Segundo o autor Nascimento (2011) as MPEs acontecem nos primeiros anos por um processo árduo de dificuldades socioeconômicas, e para provocar importância e sucesso das empresas e superar as dificuldades, que são fatos determinantes nesse período, cabe ao administrador fazer a disputa. Nesse contexto as MPEs que passam deste andamento estão na maioria dos casos com administradores capazes de atribuir seus conhecimentos e habilidades de comunicação interpessoal e ter um bom conhecimento de mercado no qual as MPEs atuam.

É comuns acontecimentos em que gestores que não têm capacidade exercem funções administrativas ou proprietários que admitem as funções administrativas de suas empresas. Este é um caso que deve esclarecimento, pois o número de pessoas formadas em administração no Brasil aumentou consideravelmente, precisando assim da valorização e reconhecimento das empresas. Sem administradores competentes, nenhuma empresa consegue obter sucesso por longo tempo, pois é pertinência direta do administrador planejar, controlar, dirigir e potencializar os negócios da empresa. (FERREIRA et al, 2018).

Existe uma ampla quantidade de novas organizações e a avaliação é que esse número venha a crescer, pois as organizações agem em um ambiente competitivo, ou seja, se as metas não forem cumpridas a empresa sofre perdas. Mesmo as organizações que não estão fincadas em um mercado competitivo sofrem cobranças para mostrarem eficiência (FERREIRA, 2016). Administradores capazes têm o instinto e capacidade para compreender quais devem ser os planos de ação a serem implementados e qual o momento correto para tal decisão. Essas atitudes repercutem com sinais favoráveis e melhora na avaliação dos resultados da empresa (GROPPELLI e NIKBAKHT, 2010).

O administrador possui o dever de defender a profissão por meio do conhecimento da legislação que rege o serviço, da moral e da ética. Cabe ao profissional estar diariamente preparado e consciente sobre a importância da atuação, pois os conhecimentos

não são individuais, mas sim coletivos para toda a empresa, com o principal intuito de gerar crescimento para a empresa e demais envolvidos (FERREIRA et al, 2017).

Dentre as possibilidades nas quais engloba a formação acadêmica em administração, o aperfeiçoamento técnico e estratégico, são táticas que elevam o negócio a um patamar competitivo e satisfatório, compreende-se que profissionais graduados têm capacitação que permita lidar com os problemas decorrentes do processo de gestão e tomadas de decisões (BONACIM, et al 2009).

A capacitação do profissional de administração está direcionada para o aprendizado na área de atuação, sendo complementada com experiências e funções adquiridas ao longo do tempo. Para a eficiência do exercício da profissão, são necessários novos conhecimentos, por meio de treinamentos constantes e cursos de capacitação e atualização de assuntos relevantes e que possam influenciar na atuação de administração, buscando a melhora no desempenho, na remuneração e no reconhecimento profissional e pessoal (PAOLESCI, 2013)

2.1.8 O SUCESSO DE MICROEMPRESAS

Para o sucesso de uma empresa, é preciso elaborar um plano de negócio, para saber se terá sucesso ou não o seu planejamento. Para elaborar o plano de negócio, é preciso conhecer o mercado onde deseja atuar, o famoso 4P's da administração (praça, preço, produto e promoção). Pesquisar um melhor lugar para se instalar, e também conhecer seus concorrentes. Fazer uma pesquisa entre os possíveis clientes para saber o que eles procuram, precisam e o que estão dispostos a pagar por aquele serviço. E o mais importante, saber inovar.

Depois de elaborado o plano de negócio, vem outra famosa sigla, PODC (planejar, organizar, dirigir e controlar). Planejar como será colocado em prática o seu plano de negócio. Colocar em ordem todo passo a passo do seu planejamento. E então botar em prática todo seu projeto elaborado. Em seguida, manter e controlar para o sucesso de seu negócio.

“É um documento que abarca um conjunto de dados e informações sobre o futuro empreendimento e define suas principais características e condições para proporcionar uma análise da sua viabilidade e dos seus riscos, bem como para facilitar sua implantação. É uma espécie de plano de viabilização de uma ideia, um pequeno checklist para não deixar passar nada despercebido em um empreendimento”. (CHIAVENATO, 2012, p.150)

Durante a pandemia do Corona Vírus, muitas empresas encerraram suas atividades, principalmente pequenas e microempresas. O setor que menos foi atingido é o de alimentos, que pelo contrário, teve alguns que dobraram as vendas, usando a inovação com o delivery

e drive thru, para dar mais segurança aos clientes que não precisam sair de suas casas ou não precisarem descer do carro.

No momento em que o País vivencia uma crise financeira atingindo todos os setores, sabemos que é nos momentos críticos que as oportunidades surgem. Quando se pensa em abrir uma empresa de qualquer porte, naturalmente devem-se conhecer as ferramentas administrativas que orientam como abrir um negócio e obter êxito no empreendimento.

Pesquisas feitas por Instituições como SEBRAE apontam que a vida de uma microempresa tem duração em média de dois anos, sendo apontada a má administração e a falta de planejamento como os agentes causadores. Mediante a isso, como as microempresas devem se precaver dessas situações e aumentar a eficiência na administração dos negócios?

Certamente por meio de um bom planejamento, sendo o Plano de Negócio o mapa de percurso das Microempresas. Entretanto deve-se ter consciência que a elaboração de um plano de negócio não é uma tarefa fácil, pois exige persistência, busca de pesquisa e de muito trabalho para saber se vale a pena abrir o negócio pretendido.

2.1.9 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MICROEMPRESAS

No Brasil, micro e pequenas empresas são definitivas pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei no 9.841/99) e pelo SIMPLES (Lei no 9.317/96), que usam como forma de aprovação, a receita bruta anual. Por sua vez, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) e a RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais / Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal) solicitam a classificação das referidas empresas, fundamentados no número de funcionários que compõe suas estruturas. A microempresa é marcada por empregar de 0 a 19 funcionários e com renda bruta anual de até R\$ 120 mil reais, conforme o SIMPLES; até R\$ 433.755,14 reais, segundo o estatuto MPE, e até US\$ 400.000,00 dólares, de acordo com o BNDES (SOUZA NETTO, 2003).

No Brasil, elas bancavam 70% da força de trabalho, 21% do PIB nacional e 98% do total de estabelecimentos em 1994 (DOMINGOS, 1995). No país, entre 1995 e 2000, a contestação de contratos e exonerações nas MPE foi de mais de um milhão e 400 mil, enquanto nas grandes empresas foi de 29.652 novos postos de trabalho. Em 2000, havia 2.161.783 MPE representando 93% do total de estabelecimentos empregadores, proporcionando emprego a 26% dos trabalhadores formais. Ainda em 2000, das 16.016 indústrias exportadoras, 63,7% eram micro e pequenas empresas, com participação de 12,4%

do valor exportado (MDIC, 2003). O retrato do Brasil em 2003, quanto à classificação das empresas por porte e setor é o seguinte: na indústria, o percentual de micro e pequenas empresas é de 96,37 %; no comércio, é de 99,2 % e no setor de serviços é de 97,43 %. Em relação à distribuição dos empregos nas micro e pequenas empresas espalhadas pelo país, verifica-se que 33,43 % deles estão no setor industrial; 68,05 % estão no comércio e 36,85 % no setor de serviços (SILVA e PEREIRA, 2004).

A despeito de uma empresa ser grande ou pequena, todo gestor precisa de conhecimento para fazer o processo de gestão (GAZZONI, 2003). Desta forma, o plano empresarial, denominado de Plano de Negócio, é indispensável. O empreendedor não pode abrir mão dessa formidável ferramenta que irá ajudá-lo na tomada de desembaraço e iniciar a empresa. Com a preparação do plano, o empreendedor deverá ter uma noção anterior do funcionamento de seu negócio em relação a: finanças, clientes, fornecedores, concorrentes (mercado) e organização necessária ao seu bom funcionamento. No momento de tomar decisões, estas devem sempre se basear em informações armazenadas, comprovadas e tabuladas nos sistemas integrados que compreendem a gestão de negócios (ANTONIK, 2004). A função da administração financeira depende do porte da empresa, em uma microempresa, muitas vezes, não há um órgão exclusivo responsável pelo gerenciamento das operações financeiras, ficando essas atribuições distribuídas entre a contabilidade e o proprietário (SILVA, 2008).

O programa da administração financeira é parte basal do plano de negócios de uma microempresa. A sustentabilidade econômica e financeira é elemento essencial para o sucesso da organização. O desenvolvimento sustentável de uma pequena e média empresa promove a definição de uma política realista, focalizada nas condições do mercado, em que as taxas de juros e os preços dos serviços cubram, no mínimo, os seguintes itens: custos operacionais e financeiros; inflação; riscos inerentes do negócio (inadimplências, roubo e perdas); depreciação; geração de excedente financeiro para investimento no aumento e expansão do próprio negócio (ANTONIK, 2004).

2.1.10 A MICROEMPRESA E O ADMINISTRADOR.

Pode-se determinar empresa como aquilo que se empreende, empreendimento. Uma iniciativa de uma ou mais indivíduo que juntos cultivam um determinado negócio. Também é sinônimo de associação, organização ou sociedade. Ainda segundo Souza 2011, p23. “De maneira geral pode-se arguir que uma empresa é uma organização elaboradora de utilidades

ou benefícios colocados à acondicionamento da sociedade, que está disposta a consumi-los”. Pode-se então definir empresa como uma organização que se destina à produção e ou comercialização de bens e serviços com vista, a alcance de lucro. A causa de sua existência é atender as obrigações de um local, região, país ou mundo. Indiferente da sua dimensão, cada empresa encontra-se estruturada em quatro áreas; produção, comercialização, finanças e recursos humanos, Mesmo que em muitos casos não é possível observa claramente esta divisão.

Para se formar uma empresa no Brasil não se trata de um procedimento muito difícil, o que facilidade a realização do sonho de muitas pessoas, porém não pode levar em conta somente o processo burocrático e sim é imprescindível que o futuro empresário tenha algumas habilidades gerenciais para criar seu próprio empreendimento. Ao abrir seu próprio negócio o empreendedor logo percebe a alteração em não ter mais a figura do chefe, delegando-lhe tarefas. Porém ser dono do próprio negócio pode muitas vezes animar o novo empresário ou até mesmo assustar diante das responsabilidades assumidas.

2.2.11 CONCEITOS E DEFINIÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A gestão Estratégica tem como missão de identificar a individualidade do andamento atual e no futuro de cada empresa, trata-se como recolher todos dados de dessemelhantes atividades da empresa, pois faz parte do sistema de valores. São provas que tem empresas que tem modelo da gestão formalizada e exposta em locais estratégicos em outras formas está apenas “na cabeça” do empresário e às vezes eles mesmos não conseguem explicar.

Calculando que praticamente toda empresa deseja acumular em cima de uma vantagem competitiva, ela deve definir qual é a sua e fazer com que a mesma seja percebida pelo seu público.

O gerador da administração (DRUCKER, 1971, p. 58), diz que:

Cada Membro da empresa contribui com algo diferente, mas todos devem contribuir para um objetivo comum. Todos os esforços devem puxar na mesma direção e nas mesma direção sua contribuições devem ser ajustar para produzir um todo sem hiatos, fricção, sem necessária duplicação de esforços”.

Cada setor da empresa contribui com algo para que ela obtenha sucesso, ou seja, o mesmo alvo e que o esforço de cada seja indenizado com êxito da organização. A Gestão vem sendo a aprendizado de alinhar propósitos, pessoas e processos através de decisões,

atividades, recursos, informações, relacionamentos e avaliações, tudo com suporte digital. Neste sentido, uma gestão bem-sucedida leva à diferenciação competitiva de uma empresa.

Avistando a empresa como um organismo vivo em seu ecossistema, ela precisa dispor de competências capazes de sustentar um aumento com lucro. É aqui que se justificam a profissionalização e modernização da Gestão Empresarial. Muitas empresas falham por falta de práticas apropriadas de Gestão Empresarial. Mesmo dispondo de conhecimento, muitas vezes não se sabe por onde começar e como praticar melhorias.

Gestão Estratégica é uma forma de sobrepor novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, a fim de medir a situação, elaborar projetos de mudanças estratégicas e acompanhar e gerenciar os passos de implementação. Como o próprio nome diz, é uma forma de gerir toda uma organização, com foco em ações estratégicas em todas as áreas.

Schendel e Hatten conceituam gestão estratégica como “processo de determinação e manutenção dos relacionamentos da organização e o seu ambiente, compreendido pelo uso seletivo de objetivos e da iniciativa de alcançar o estado desejado de relacionamentos através da alocação de recursos que permitem alcançar eficiência e eficácia em programas de ação desenvolvidos pela organização e suas subdivisões.”.

Hunger; e Wheelen (2002, p. 4) enfatizam que:

Gestão Estratégica é o conjunto de decisões e ações estratégicas que determinam o desempenho de uma corporação a longo prazo, Esse Tipo de gestão inclui análise profunda dos ambientes interno e externo, formulação da estratégia (planejamento estratégico ou de longo prazo), implementação da estratégia, avaliação e controle. Portanto, o estudo de gestão estratégica enfatiza o monitoramento e a avaliação de oportunidades e ameaças, externas face às forças e franquezas de uma corporação.

Portanto as decisões e ações que irão determinar o desempenho, dando foco à avaliação de oportunidades e ameaças da corporação.

No plano gerencial ou tático, ocupado pelos gestores que intermedeiam as táticas das atividades operacionais, as atribuições podem se resumir no delineamento e no acompanhamento dos programas e planos de ação, ou seja, na definição e na gestão dos cronogramas operacionais necessários para cada área específica da empresa, juntamente com as suas metas quantitativas ou operacionais. Por exemplo, as metas financeiras relacionadas ao objeto de lucratividade.

3. DESAFIOS EMPRESARIAIS

A gestão financeira é de extrema seriedade para os Microempreendedores Individuais, pois a maior parte deles fecham as portas em um pequeno período de tempo, muitas vezes instigada pela ausência de conhecimento da gestão de seu fluxo de caixa, esta que é um instrumento de grande apego para a sobrevivência de qualquer empreendimento. Inúmeros empresários ignoram suas receitas e despesas, não assimilando a sua importância para o futuro do negócio. Devido a essa carência de conhecimento os empresários acabam tomando decisões erradas, e no futuro os resultados serão negativos.

3.1 A GESTÃO E SUAS VANTAGENS

O sucesso de uma microempresa e a sua sobrevivência dentro do mercado dependem muito de uma capacitação gestão empresarial. Uma gestão empresarial competente proporciona controle financeiro, previsibilidade e um bom gerenciamento de cooperadores. Também tolera que o administrador conheça a empresa com fortuna de detalhes e isso é primordial na hora de ajustar pessoas habilitadas, realizar investimentos, contratar serviços, adquirir recursos e tomar decisões extraordinárias.

O sistema de uma organização é formado a partir de dessemelhantes partes que a ajustam, sempre com foco em crescimento e alcance de efeitos maiores e melhores. Em um mercado cada vez mais concorrente, eficaz e em constante mudança, é cogente que a gestão seja assertiva para que as diretrizes e disposições gerem o conflito positivo, imprescindível para a sustentação do mercado.

A gestão traz benfeitorias para desiguais feitiços do negócio: processos, equipe, resultados e até mesmo na percepção do cliente. Um dos principais ganhos é que a gestão tolera criar artifícios bem definidos na empresa a partir de uma rotina produtiva organizada e otimização.

A fluidez dos métodos da empresa, melhorados firmemente por meio de táticas de gestão, também impactam positivamente no ambiente de tarefas.

As empresas necessitam de um sistema de autoridade que aceite ao gestor, pelo meio da interpretação dos alvos da empresa, torná-los exequíveis por meio do programa, da organização, da direção e do controle de todos os valores realizados em todas as áreas e em todos os planos da empresa, obtendo a sinergia necessária para atingir tais implicações.

A autoridade gerencial não está exclusivamente ligada profundamente às adivinhas financeiras da empresa ou às decisões gerenciais de imissões, de operação do sistema ou de financiamentos, ele está conexo na complexa rede sinérgica da empresa por meio de uma ampla variedade de artifícios analíticas para a geração de retornos rápidas que admitam o gerenciamento diligente de todo sistema empresarial.

A influência junta a idealização da disposição é um artifício contínuo e fundamental no hábito de afazeres, em que toda a equipe, em sinergia com os alvos da empresa, sob o cargo dos gestores, estabelece metas e produz a melhor maneira de atingi-las.

Esse algoritmo traz segurança aos profissionais envolvidos, impede a rotina e improvisação, ampara na concretização dos objetivos, solicita a eficiência do trabalho, acrescenta a produtividade evitando a perda de tempo e de energia, sistematiza a direção do trabalho e aumenta a confiança da equipe.

De maneira inevitável quando se tem uma gestão de propriedade os resultados são eficazes em todas as esferas do comércio, começando pela produtividade dos cooperadores, que por meio de uma direção altamente qualificada gera estímulos positivos.

Não admitindo de lado o papel do gestor que é de final importância fazendo a comitiva de equipes e identificando melhores adequações no transcorrer dos processos. Assim, fazendo com que a empresa alcance identificar e redefinir papéis e modelos de execução que tendem a progredir e gerar mais resultados.

Conseguindo também ajeitar a idealização estratégico, redefinindo-o com base nas decorrências geradas, provocando maior concorrência. Minimizando assim riscos e vulnerabilidade de mercado do negócio. E na parte financeira, fazendo com que se mantenha de maneira satisfatória organizada.

As disposições tomadas são voltadas para a redução de custos e otimização de resultados. Para uma microempresa, independente do seu porte ou estrutura, a inserção de uma gestão é de derradeira seriedade para se destacar em meio à concorrência.

A gestão tem como alvo coordenar as políticas internas, as obras e as estratégias da organização. Agenciando lucro para acionista e contribuintes, proporcionando harmonia empresarial e demonstrando os objetivos sociais da empresa.

3.1.2 OS TIPOS DE VANTAGENS

Menor ocorrência de erros: uma gestão financeira as chances de advir erros são menores, isso porque vão todas os dados de fácil ascensão, e devidamente anotada.

A gestão fica mais simples: quando o empreendimento tem uma gestão financeira, consistir em software ou por fora dele, todas os dados ficam patenteadas para quando for imprescindível tomar decisões baseadas em números. Com a gestão certa o mercado é abundantemente mais fácil conceber todas os documentos da empresa, anotar os movimentos de entrada e saída, atravancar informações.

Maior controle de estoque: o estoque jamais deve ser visto como algo avulso do empreendimento, mas sim algo que está inteiramente ligado ao bem-estar financeiro do negócio. Uma gestão das finanças empresariais é plausível fazer o controle de estoque é apropriado.

Maior facilidade na estimativa de resultados: a gestão financeira de tudo que advém ficar muito mais fácil avaliar os resultados, o que é importante para toda empresa.

Acrescente de produtividade: uma gestão competente com processos claros e bem acentuados chega a tornar ótimo a rotina de trabalho, evitando perca tempo, tornando o dia a dia na empresa mais produtivo.

Estabelecimento e alcance de metas: uma das amplas regalias de uma boa gestão é a ascensão à informação, o aviso. É essencial para se tornar um empreendedor artiloso, com uma visão de negócios exasperada. Com dados e processos organizados, você tem acesso facilitado à realidade da sua empresa, identificando pontos fortes e fracos em todas as áreas, desde o financeiro até o método de venda.

3.2 AS DESVANTAGENS DE UMA BOA GESTÃO

Gerenciar as tarefas e tornar ótimo o tempo para alcançar uma maior produtividade e uma melhor atuação é um amplo desafio para muitos empreendedores. A rotina é cheia de encargos que, em muitos casos, não são gerenciadas de forma apropriada.

Uma gestão do tempo no trabalho ineficaz impossibilita que os profissionais calhem os maus hábitos que anulam sua atuação, já que não alcançam qualificar entre as atividades que preenchem o que é admirável e o que é urgente, além de não ter alvos de longo prazo que os estimulem e causem.

Dessa forma muitos empreendedores cometam erros anulando o cumprimento das tarefas diárias e, logo, o alcance de melhores resultados.

Alto preço para pequenas e médias empresas: um bom plano estratégico pode ser caro para empresas de baixo e médio porte ou para aquelas que estão abrindo agora. Isso porque são indispensáveis coragens adicionais para, por exemplo, avaliar ambientes internos e externos. Além disso, quaisquer ferramentas particulares são imprescindíveis para implementar o planejamento estratégico adequadamente, bem como a possível contratação de pessoal competente.

Processo muito complicado: o processo de idealização estratégico incide em várias etapas que são conexas entre si e devem ser constantemente ajustadas, o que leva tempo, afeto e paciência. A prática do PE é um trabalho que abafa muita pesquisa. Além disso, confirmar os contribuintes sobre as mudanças e prepará-los para as novas estratégias também não é fácil.

Baixa taxa de prática bem sucedida: devido à sua complicação e ao seu alto custo, o projeto estratégico raramente é praticado com sucesso. Muitas vezes, a prática deficiente é o movedor do fracasso, embora seja mais comum o caso de metas operacionais e estratégicas desalinhadas.

3.3 AS DIFICULDADES DE UMA MICROEMPRESA

As micro e pequenas empresas têm um papel importante na economia brasileira. Primeiramente, o fluxo do negócio parece ser muito mais fácil e prático para os microempreendedores, mas, após algum momento de gestão, fica fácil alcançar no dia a dia as charadas que antes não eram calhadas.

As inúmeras cobranças do fisco são problemas que aparentam diretamente na adaptação da empresa no mercado, decorrência também da falta de ferramentas de trabalho, por parte da empresa, que são apropriadas de suprir a alta demanda de obrigações atribuídas pela legislação.

Os empecilhos e as dificuldades vão se tornando muito maiores e muitos acabam não dando conta, tendo que concluir suas atividades precocemente. Muitos empresários não têm a informação necessária sobre esses conceitos, o que pode levar por água abaixo todos os outros aquisições realizadas no negócio. Isso vai gerar uma máxima organização das metodologias internas, tornando a gestão mais profissionalizada e eficiente, o que vai impactar diretamente nas implicações de negócio.

Dificuldade de obter crédito, carga tributária alta, gestão ineficiente, esses são apenas alguns dos entraves enfrentados. Tudo isso somado à inexperiência pode desencadear problemas graves que, se não forem resolvidos a tempo, podem, até mesmo, levar o pequeno empresário à falência.

3.4 GESTÃO EFICAZ PARA O SUCESSO CONTÍNUO

A gestão empresarial submerge a administração de aglomeradas as tarefas que se oferecem em um negócio, desde o projeto estratégico até as novidades tecnológicas, advindo pela gestão financeira, o implemento e acompanhamento dos efeitos e a avaliação do desempenho das atividades. Uma gestão eficiente e eficaz é basal para qualquer negócio, sejam microempresas, sejam grandes grupos econômicos.

Uma empresa sem um gerenciamento eficaz é carreira sem rumo. A gestão é um dos pilares de sucesso de uma empresa próspera. Além disso, ter uma extensa informação na gestão de empresas é também fundamental para um desenvolvimento sucessivo. Um conjunto de agilidades e estratégias arquitetam um bom gerenciamento. A gestão de empresas não é uma tarefa simples, o dia a dia traz numerosos desafios e casos difíceis para o empreendedor.

Administrar a empresa para um caminho de acréscimo e sucesso exige instrumentos para uma gestão eficaz. Todo trabalho bem efetivado depende de certos pré-requisitos que colaborem para que o resultado adquirido seja o esperado. Improvisos ou falta de plano são condutas extremamente danosas. O mercado é concorrente e ninguém procurara uma empresa se não tiver uma tática para captar a atenção do seu público-alvo.

Apesar disso, muito mais do que chamar a atenção, é necessário trabalhar para procurar um diferencial, tanto no processo de desenvolvimento de um produto ou na prestação de um serviço quanto na adjudica de valor ao freguês. Ou seja, tudo é um processo: é preciso se posicionar, atrair clientes, fazer um bom trabalho e apresentar um resultado personalizado.

O maior diferencial concorrente de uma empresa está no potencial cerebral e criativo de seus profissionais, por isso as práticas conexas à gestão de pessoas já estão entre as prioridades de todos os empresários e gestores.

De ocorrência, é preciso acometer em ações que avalizem a atração e retenção de talentos, a formação de equipes de alta atuação, a preparação de novos líderes e, claro, mais produtividade e eficiência. Entretanto, uma gestão eficaz deve estar ligada em 5 pilares básicos, que são:

Motivação: é a energia que impulsiona o movimento e que provoca a disposição para enfrentar desafios maiores. Em geral, está intensamente conexas ao desejo de concretização e à busca pela satisfação pessoal. No ambiente de trabalho, a motivação é a excitação para a prática contínua e para a superação de barreiras. E, quando é essencial, faz com que o indivíduo abandone a sua zona de conforto e procure a excelência.

Ao mesmo tempo, a falta dessa energia causa indiferença e acomodamento, o que afeta o desempenho do colaborador. Essa estagnação atrapalha posturas importantes para o mundo corporativo, tais como a proatividade, a constância e o engajamento.

Por isso, a motivação é o pilar mais importante da gestão. Assim, é preciso alcançar o que motiva cada profissional. Para alavancar os apontadores de motivação das equipes, é preciso arriscar em práticas efetivas, que envolvam um plano de metas, avaliações de desempenho, delegação, feedback e oportunidades reais de desenvolvimento. Além disso, é eficaz garantir uma gestão mais humanizada, com base na meritocracia, na coesão e na transparência.

Processos de comunicação: para manter os trabalhadores motivados, é preciso garantir uma comunicação interna eficiente. É possível dizer com diferentes soluções tecnológicas que agilizam e simplificam o fluxo de informações como os aplicativos de mensagens, os e-mails, a intranet e os sistemas interligados.

A indicação é impedir a total virtualização dessa comunicação e, por isso, as reuniões gerenciais devem ser bem cultivadas. Mas também necessitam estimular o diálogo, a participação e a colaboração. Nesse caso, o gestor tem papel específica, pois além de ser um admirável comunicador, deve saber ouvir com empatia. Assim, consegue alocar um clima mais colaborativo e agregador.

Trabalho em equipe: para que o cometimento atinja seus objetivos, é eficaz que haja uma forte conexão entre setores e times. Porém, essa união está sujeita da capacidade de trabalhar em equipe.

Muitas ações beneficiam essa cooperação. Dentre as básicas, estão a criação de grupos multifuncionais, responsáveis por conduzir determinados projetos. A aceitação de metas

coletivas também agencia essa aproximação e, ao mesmo tempo, comprova a importância da complementariedade.

Algumas habilidades específicas são indispensáveis ao trabalho em equipe, como flexibilidade, humildade, ética e autoliderança, além da capacidade de mediar conflitos e de buscar consensos. Os softwares de compartilhamento de tarefas são outra excelente opção, já que funcionam como uma plataforma gerencial, em que é possível listar atividades, preparar agendas, monitorar indicadores e mensurar o rendimento de todos.

Conhecimento e competência: a capacidade dos profissionais é mais um dos pilares de uma gestão eficaz de pessoas, por isso, é importante implementar ações voltadas à construção de times mais fortes e competentes.

Paralelamente, o ideal é alcançar a avaliação de desempenho por competências. Para isso, é preciso definir quais são as aptidões mais importantes para a empresa e para cada campo como resiliência, comercialização, matéria e persuasão.

O feedback também é um enorme instrumento de gestão, anunciada ao desenvolvimento e amadurecimento dos colaboradores. Por meio de bate-papos estruturados, o líder deve dirigir e corrigir desvios. Porém, o feedback precisa ser baseado em fatos e acontecimentos, evitando o lugar-comum e os comentários superficiais e generalistas.

A comissão é mais uma solução a ser usado e deve estar presente no dia a dia de gestores e de suas equipes. No entanto, é básico monitorar e amparar esses profissionais, de modo que todos possam estudar, evoluir e atingir os resultados destinados.

Outro fator formidável é a padronização dos procedimentos de recrutamento. Afinal, uma gestão eficaz abre com a formação dos times. O primeiro passo deve ser sempre a definição do perfil ideal para a vaga, abrangendo uma série de aspectos técnicos, gerenciais e comportamentais. Assim, o recrutador passa a operar com parâmetros claros de escolha, eliminando a subjetividade das escolhas.

Treinamento e desenvolvimento: um programa de treino verdadeiramente eficiente deve admirar as necessidades da empresa que podem arrastar processos críticos, variáveis externas, reciclagens obrigatórias e a chegada de inovações tecnológicas.

Entretanto, é fundamental analisar também os valores e cultura organizacional, além do aspecto dos profissionais, incluindo habilidades, preferências, ambições, vocações e deficiências. Assim, é mais simples formar um programa personalizado, acatando as características de cada colaborador.

É importante alcançar um ponto de equilíbrio, de modo que tanto a empresa quanto os grupos estejam satisfeitos com o fluxograma. Por isso, é preciso acomodar-se quais são os cursos mais requisitados internamente.

É preciso salientar, que treinamentos pontuais não satisfazem. O programa deve ser absorvido pela cultura corporativa, de modo que o exercício e a qualificação se tornem uma rotina para os profissionais.

É essencial que o design estratégico contemple todas as demandas corporativas em breve, médio e alongado prazo. Dessa maneira, a empresa garante a qualificação das equipes e estabelece uma relação de confiança com seus colaboradores. Os 5 pilares, é possível consolidar uma gestão eficaz, com foco no capital humano. Dessa maneira, é possível garantir mais produtividade e competitividade.

3.5 MANEIRAS DE MELHORAR A GESTÃO

Gestão de pessoas: são os contribuintes que fazem com que o empreendimento cresça. Um gestor de empresa precisa tirar os conceitos do papel, fazer um bom plano, mas são os colaboradores que colocam tudo em prática. É preciso ter instrumentos e conhecimentos necessários para abranger uma boa equipe de qualidade. Além disso, é preciso crescer habilidades primordiais de liderança, a fim de arquitetar avanços para um ambiente de trabalho agradável e inspirador.

Gestão de finanças: ter um profissional qualificado neste campo impede que as empresas caiam nas arapucas do cenário econômico que está cada vez mais incerto. Gerenciar uma empresa requer uma aparição estratégica, noções administrativas, contábeis e financeiros. Através de uma qualificação os conhecimentos práticos e teóricos sobre todas estas questões são aplicados de forma prática.

Comunicação com clientes: para ter um apropriado gerenciamento de negócio é preciso apreciar seus clientes e ter uma equipe de vendas bem habilitada. Além disso, ter uma tática pós-venda é uma das maiores armações para aumentar as vendas. Através de uma arrematadora gestão de vendas, é possível sustentar bem alinhados a parte de negociação comercial, gestão de clientes, gestão de vendas, liderança e gestão de equipes.

Acesso às novas tecnologias: são muitas alteráveis que entusiasma na eficiência da gestão e sucesso de uma empresa, mas aderir os melhores instrumentos de trabalho é uma maneira de garantir que sua empresa simplifique artifícios complexos. Ter uma ferramenta de

gestão pode ser de ampla ajuda para uma gestão mais assertiva e organizada, podendo evitar erros e gerenciar riscos.

Gerenciamento de projetos: o cenário do mercado atualizado exige uma visão estratégica para delinear e executar projetos, a fim de diminuir riscos, custos e implementar projetos neste ambiente altamente complexo.

3.6 ESTRATÉGIAS PARA UMA MICROEMPRESA DE SUCESSO

A maioria das grandes empresas começam pequenas. Com muito afazeres e táticas certas, algumas empresas de sucesso avistaram uma oportunidade e hoje se consolidam como líderes de mercado

A modelagem submerge a observação de padrões usados por outras empresas, reproduzindo seus processos e suas estruturas de acordo com as necessidades do negócio. É aceitável modelar o pós-venda, os fluxos internos e os processos seletivos, entre outras inúmeras probabilidades. O importante é tudo ser feito de maneira ordenada e prevista no plano de negócios.

Um bom planejamento empresarial começa com a definição de objetivos que, em seguida, serão decompostos em ações práticas. As atividades devem ser descritas de forma clara e sucinta, arquitetando um cronograma para gerar os responsáveis pelas tarefas. Assim, os colaboradores sempre saberão o que fazer, mantendo o foco naquelas agilidades que realmente trarão resultados.

É importante prevalecer-se a estrutura enxuta de uma microempresa para comover os imprevistos o mais ligeiramente possível. Seguindo esse tipo de atitude, o gestor começa a criar uma cultura organizacional em que funcionários não deixam as dificuldades se acumularem.

Na tentativa de ajustar um erro, é bem aceitável que a situação não se resolva de primeira. Ainda assim, costuma ser melhor tomar uma atitude que com facilidade deixa a questão em aberto.

As empresas mais bem-sucedidas praticam a chamada gestão da inovação, abordagem que incide na criação de uma cultura corporativa em que as ideias são fixamente incentivadas, discutidas e executadas.

Os pequenos empresários começam seu negócio se acudindo apenas da experiência adquirida na profissão, ou do tempo de experiência em alguma empresa em que trabalharam.

E depois de anos trabalhando como servidor, o sujeito chega a conclusão que já tem ciência de sobra no que faz e decide abrir um negócio e trabalhar por conta própria.

Saber empreender é o princípio basal de todo negócio. É necessário ter, pelo menos, o mínimo de subsídios sobre empreendedorismo e gestão de finanças antes de abrir uma empresa. Mas existem concorrentes a empresários que desconhecem ou ignoram a importância disso.

Vantagem competitiva: esse tipo de caracterização advém quando uma empresa consegue abastecer um produto ou serviço que é visto de forma elevada pelos compradores em relação ao resto da concorrência. A conveniência de conseguir realizar uma operação de baixo custo também pode ser acatada uma vantagem competitiva. Esse tipo de denominação é muito importante, pois aceita à companhia uma previsibilidade de receitas maior ao longo do tempo.

Gerenciamento de altíssimo nível: a característica da gestão é um fator primordial para gerar uma empresa de sucesso. Uma gerência experiente faz toda a diferença na hora de fazer as escolhas certas no período certo de modo a ocasionar o maior benefício plausível à companhia.

Liderança de mercado: a empresa líder de mercado tem a invenção com a maior visibilidade e reputação dentro do seu campo de atuação. Esse título de propriedade obviamente impõe maior valor às suas invenções na visão da maioria dos clientes, o que não significa que essa situação não possa ser invertida por um concorrente que possua outros atributos de maior qualidade.

Esses são apenas alguns dos fatores básicos que compõe as qualidades de uma empresa de referência, o que constitui que outras características podem ser adicionados à medida que tratamos de setores individuais.

Uma boa gestão é essencial para o sucesso de uma empresa. Seja em afinidade a parte financeira, seja em semelhança a gestão de pessoas, no gerenciamento de seus funcionários. Uma boa gestão pode ser o diferencial entre o fracasso e o sucesso do negócio.

3.7 OS MAIORES DESAFIOS DAS PEQUENAS EMPRESAS

Gestão de Pessoas: a falta de investimento financeiro atrapalha a atenção de verba em ferramentas e processos que possam atualizar as estratégias de atração e retenção de talentos. Isso faz com que a gestão de pessoas seja um dos básicos desafios das PMEs, assim como a fascínio de profissionais qualificados. A carência de recursos financeiros também atrapalha

que essas empresas alcancem treinamentos in-house ou instalem em líderes com expertise para crescer e retirar o melhor de uma equipe.

Burocracia excessiva: um dos desafios de pequenas e médias empresas brasileiras é a papelada abrasadora. As PMEs também lidam com a falta de consultoria no andamento de decidir pontos capitais, como o tipo associado e em qual porte e regime tributário elas se condizem, e com as mudanças constantes na legislação brasileira.

Acesso restrito a linhas de crédito e outros serviços financeiros: as instituições financeiras diminuem as linhas de crédito e financiamento para PMEs que estão abrindo, e acabam analisando apenas empresas que já têm um bom histórico de pagamento. Mesmo com o aparecimento de novos players mais flexíveis no ecossistema financeiro, a ida é mais aturada para as entrantes no comércio.

Uso de tecnologia para inovação: atualizar processos, implementar novos instrumentos e realizar uma alteração cultural com foco em novidade são grandes provocações abarbadados pelas PMEs, além de aguentarem a falta de financiamento para acometer nessas etapas, essas organizações não possuem o conhecimento indispensável para executá-las.

Falta de profissionalização da equipe de marketing: a dificuldade de ascensão a aquisições leva muitas PMEs a arriscarem nas dissoluções mais banais, e nem sempre essa disposição é a que gera mais resultados.

4. CONCLUSÃO

Considera-se que a atual pesquisa alcançou o seu propósito ao alegar subsídios ressaltantes a respeito da seriedade de uma boa gestão do microempreendedor em seu negócio, pois ressaltamos e analisamos no transcorrer do trabalho, os dados do alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas, que não alcançam se conservar no mercado. Deixando fatos de a vida pessoal atrapalhar a aspiração de seu empreendimento e de se tornar um empreendedor de fato.

As pessoas que almejam ser empreendedores e empresários tem pouca informação sobre gestão, de como se sustentar no mercado tão competitivo de ver quais são seus pontos positivos e negativo, de ver o seu adversário às vezes como uma intimidação, uma conveniência de ser uma empresa individualizada dentre tantas no mercado com mesmo segmento, poder avaliar seus custos fixos e variáveis tentando sempre os minimizar e maximizar a receita.

Em meio aos resultados mais significativos da pesquisa, cabe avultar alguns fatores organizacionais que colaboram e aqueles que não cooperam para a adequação estratégica das empresas. Os fatores que mais fornecem dizem respeito à cultura organizacional encontrada nas empresas. Já os fatores que mais representaram fraquezas para as empresas estão alistados

aos sistemas gerenciais e a tomada de decisões, além da infraestrutura e da baixa aptidão de financiamento.

A maioria das empresas empreendedoras pode ser classificada como micro ou pequena empresa, devido ao faturamento e número de funcionários, mas cabe lembrar que, independentemente de seu porte, os empreendimentos devem sempre buscar trabalhar da forma mais profissional possível. Os empreendedores muitas vezes impõem sua forma simples de gerir o negócio à corte de custos, mas uma gestão profissional, com sistemas conectados e que tolerem um acompanhamento planejado do comportamento operacional pode demonstrar deficiências antes não percebidas pelos gestores.

A pesquisa forneceu uma ajuda no sentido de se oferecer como um importante instrumento de avaliação da atual situação dos fatores organizacionais das companhias empreendedoras.

O presente estudo pode servir de estímulo para novos cursos voltados para as empresas empreendedoras no Brasil, no que diz respeito à adaptação da gestão estratégica destas empresas, ponderando as suas limitações financeiras e, sobretudo a benfeitoria socioeconômica que essas empresas podem provocar para a sociedade como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, Christian Mendez. **Os princípios constitucionais da eficiência e eficácia da administração pública: estudo comparativo Brasil e Espanha. Constituição, economia e desenvolvimento:** Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2009, vol 1, n. 1, ago.-dez. p. 24-49.

AMARAL, J. L. **A contabilidade como ferramenta indispensável para a gestão empresarial.** 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-contabilidade-como-ferramenta-indispensavel-a-gestao-empresarial/64302>

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara: atualizado pelo novo acordo ortográfico.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 547.

BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. **Gestão financeira das empresas.** 5ªed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes**. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. p. 135-194.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FEDATO, Geovana Alves de Lima; GOULART, Claiton Pazzini; OLIVEIRA, Lyss Paula de. **Contabilidade para pequenas empresas: A Utilização da Contabilidade como Instrumento de Auxílio às Micro e Pequenas Empresas**. 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relatório econômico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2014. **Relatório estatístico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2015.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares; MORETTO NETO, Luís. **Teorias da administração II**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES, 2009. 170 p.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10.ed. rev. atual. ampli. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 1440 p

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.

PASSOS, Q. C. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25741/000751647.pdf>.

PETTY, Longenecker Moore. **Administração de pequenas empresas**. Ênfase da gerência empresarial. São Paulo: Makron Books, 1997.

ROCHA, D. T. M. et al. Desenvolvimento de política de compras a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no Estado de Pernambuco. **VI**

CONSAD – Congresso de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013.

SANTOS, E. **A administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – Características do Empreendedor.

TIMM, L.B.; TONIOLO, G. **A aplicação do princípio da eficiência à administração pública: levantamento bibliográfico e estudo da jurisprudência do TJRS**. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*. v. 4, n. 18, p. 04. IBDP. Bahia. jul./dez. 2009.